

# Diário do Legislativo de 23/08/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Mesa da Assembléia

#### 2.3 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais, em 11/8/2005

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dilzon Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Laudelino Augusto e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as dificuldades enfrentadas pelas estâncias hidrominerais do Estado no desenvolvimento de seu potencial turístico e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Gabriel da Silva Corrêa, Presidente da Associação Comercial de Caxambu, encaminhando informações solicitadas pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Dilzon Melo, Dalmo Ribeiro Silva, Laudelino Augusto e Paulo Piau, em que pedem seja solicitada aos Prefeitos Municipais das estâncias hidrominerais do Estado a elaboração de projetos, com a participação das respectivas associações comerciais e industriais, visando o incremento do turismo, os quais seriam entregues à Comissão no dia 9/9/2005, na audiência pública a ser realizada em Cambuquira. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto objeto da reunião. Em seguida, informa a ausência dos convidados oficiais e registra a presença dos Srs. José Valmir Alves, Prefeito Municipal de Marmelópolis; Luiz Carlos Carlos Crivelaro, Vereador à Câmara Municipal de Jacutinga, e Adão Rogério Turano, Provedor do Hospital de Jacutinga, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Paulo Piau, para suas considerações iniciais, e em seguida também se pronuncia. Logo após, passa a palavra aos participantes para que se pronunciem. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A seguir, os Deputados membros da Comissão definem a agenda desta para as próximas reuniões. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2005.

Dilzon Melo, Presidente - Doutor Viana - Dalmo Ribeiro Silva - Laudelino Augusto.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 58ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 23/8/2005

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.362/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que altera a Lei nº 14.132, de 20/12/2001, que obriga a inclusão do café na merenda escolar e determina a promoção institucional do produto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da matéria. A Comissão de Saúde perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.429/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a Política Estadual de Saúde Vocal. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma de Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.877/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.879/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapiraí os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 9ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 11 horas do dia 23/8/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 23/8/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.102/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 5.114/2005, do Deputado Marlos Fernandes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.266/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.010/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.077/2005, do Deputado Mauri Torres; 2.348/2005, do Deputado Ivair Nogueira; 2.357/2005, do Governador do Estado; 2.364/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.393/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.433/2005, do Deputado Sebastião Costa; 2.460, 2.461, 2.462 e 2.463/2005, do Governador do Estado; 2.466/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.480/2005, do Deputado Dinis Pinheiro; e Projetos de Lei Complementar nºs 65 e 66/2005, do Deputado Roberto Carvalho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.075/2005, da Deputada Jô Moraes; 2.211/2005, do Deputado Arlen Santiago; 2.235/2005, do Deputado Durval Ângelo; 2.279/2005, da Deputada Maria Tereza Lara; 2.315/2005, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.345/2005, do Deputado José Milton; 2.453/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.454/2005, do Deputado Márcio Passos; 2.458/2005, do Governador do Estado; 2.467 e 2.468/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.471, 2.472 e 2.475/2005, do Deputado André Quintão; 2.477/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada; e 2.479/2005, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.116/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 5.132/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.139 e 5.177/2005, do Deputado Doutor Viana; 5.155/2005, do Deputado Fahim Sawan; 5.156 e 5.157/2005, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 5.158 e 5.159/2005, da Deputada Lúcia Pacífico.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 24/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.160/2005, do Deputado Paulo Cesar.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre o assassinato do Sr. José Arlindo dos Anjos, ocorrido em Belo Horizonte, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 24/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.265/2005, do Governador do Estado; 1.987/2004, do Deputado Ricardo Duarte; e 2.213/2005, do Deputado Doutor Viana.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.883/2004, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 24/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.015/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.184/2005, das Comissões de Participação Popular e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão Especial do IPSEMG, a realizar-se às 14h30min do dia 24/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciação do relatório final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar os pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 24/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.105 e 5.176/2005, do Deputado Doutor Viana; 5.110/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 5.133/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 5.183/2005, da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/8/2005, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 66/2003, da Comissão Especial da Uemg e outros, que acrescenta parágrafo ao art. 199 e dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; e 80/2004, dos Deputados Leonardo Quintão e Luiz Humberto Carneiro e outros, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado; e do Projeto de Lei nº 2.254/2005, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de agosto de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 23/8/2005, às 9h30min e às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.951/2004, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão Especial para apreciar os Vetos às Proposições de Lei nºs 16.551, 16.589 e 16.595.

Nos termos regimentais, convoco os Deputados os Deputados Carlos Pimenta, Fahim Sawan, Laudelino Augusto e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2005, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator da matéria.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2005.

Antônio Genaro, Presidente "ad hoc".

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2005, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre as agressões sofridas pela Sra. Teresa Cristina Silva Ferreira Stopa, mãe do detento Márcio Henrique Stopa, ocorrido na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, nesta Capital, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2005, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os Projetos de Lei nºs 2.460 a 2.463/2005, do Governador do Estado, que dispõem sobre as tabelas de vencimento das carreiras dos servidores das áreas da educação e da saúde e a instituição da Vantagem Incorporável; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da CPI da Mina Capão Xavier

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Domingos Sávio e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o Relatório Final da Comissão e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.445/2005

Comissão de Segurança Pública

Relatório

Por intermédio da Mensagem nº 395/2005, o Governador do Estado encaminha a esta Casa o projeto de lei em epígrafe, que pretende seja dada a denominação de Dr. Manoel Martins Lisboa Júnior ao estabelecimento penitenciário localizado no Município de Muriaé.

Após exame preliminar da matéria realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma proposta, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

De pronto, cabe-nos ressaltar que é meritória a indicação do nome de Dr. Manoel Martins Lisboa Júnior para denominar o estabelecimento penitenciário situado no Município de Muriaé. Tal entendimento deve-se a suas incansáveis atividades, seja como operador do direito, advogado e Promotor Público, seja como militante político, através das quais prestou à região os mais relevantes serviços.

Conforme esclarece o autor do projeto, ele foi Vereador por várias legislaturas e Presidente da Câmara Municipal. Como parlamentar e homem dinâmico, contribuiu sobremaneira para o progresso do Município, valendo destacar a criação da Companhia Telefônica de Muriaé, o Muriaé Tênis Clube, a Cooperativa de Eletrificação Rural de Muriaé, a Gazeta de Muriaé, semanário ainda editado, além da instalação, na cidade, da primeira agência da Caixa Econômica Federal.

Nada mais justo, portanto, seja prestada a devida homenagem a quem se dedicou a vários empreendimentos bem-sucedidos e que deixou um legado de exemplo de vida consagrada à promoção do bem estar-social.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.445/2005.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2005.

Leonardo Moreira, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

56ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura

Discursos Proferidos em 17/8/2005

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde. Gostaria de dizer que hoje, às 16 horas, em Belo Horizonte, será realizada aula inaugural do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, no ginásio da Secretaria Municipal de Educação, com a presença do Prefeito Fernando Pimentel. Trata-se de um programa fundamental, muito importante, que criará oportunidades a jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

Segundo o IBGE, há hoje aproximadamente 34 milhões de jovens de 15 a 24 anos, o que seria uma grande felicidade, mas que acabou transformando-se em grande pesadelo, porque, infelizmente, os nossos governos não se prepararam para atender, por meio de políticas públicas, a esse grande contingente de jovens.

O ProJovem abrirá nova perspectiva de continuação dos estudos, de trabalho, de evolução profissional e de pleno exercício da cidadania. Essa é a linha de ação do programa, que se destina a atender, neste ano, a cerca de 200 mil jovens, nas 26 Capitais do nosso país e no Distrito Federal.

Criado em 1º de fevereiro deste ano pelo Presidente Lula, o ProJovem é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e tem como objetivo atender jovens entre 18 e 24 anos de idade que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental e não trabalham. Durante um ano, concluirão o ensino fundamental e freqüentarão cursos profissionalizantes. Cada aluno receberá um auxílio mensal no valor de R\$100,00.

O governo federal será responsável pelo fornecimento de material didático, computadores, impressoras e pelo pagamento dos professores, do auxílio financeiro aos alunos e das refeições diárias. As Prefeituras oferecerão espaço físico e livros.

Hoje a Secretaria dispõe de mais de R\$300.000.000,00 para a execução do ProJovem neste ano. A nossa expectativa é que o programa, ano que vem, chegue ao interior, à cidade de Montes Claros, ao Sul de Minas, ao Triângulo, ao Norte de Minas, ao Noroeste, e que seja ampliado em Belo Horizonte, assim como na região metropolitana, em Contagem, Betim, Juiz de Fora, Teófilo Otôni. Queria aproveitar e mandar um abraço ao Tales Contão, Coordenador da Juventude dessa cidade.

As dez Capitais beneficiadas na primeira etapa são: Boa Vista, Porto Velho, Florianópolis, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Campo Grande, Porto Alegre. Em Belo Horizonte, o programa beneficiará 1.254 estudantes.

O ProJovem é um programa inovador, pois integra as ações educativas, de formação profissional e de ação comunitária. No final do curso de 12 meses, os alunos prestarão exame nacional específico do programa para receberem um certificado, que lhes permitirá a matrícula no ensino médio, facilitará a entrada no mercado de trabalho ou, por meio de empreendimento próprio, a atuação em sistemas de cooperativa ou de economia solidária. É o jovem tendo a oportunidade de montar o seu próprio negócio.

No primeiro momento, foram desenvolvidas negociações com as Prefeituras das Capitais para formalização dos convênios e definição do número de vagas em cada Município. As inscrições dos candidatos foram feitas na cidade, em postos de atendimento ou por telefone. O curso durará 12 meses. Será exigida a frequência mínima de 75% para o aluno ter direito ao incentivo mensal de R\$100,00, conforme, a Lei Federal nº 11.129, sancionada em junho, pelo Presidente.

O projeto pedagógico do ProJovem contempla a formação geral em nível de ensino fundamental, incluindo-se fundamentos de língua estrangeira e de informática. Além de garantir a formação por meio do curso profissionalizante, garante a inclusão digital. Pretende-se que cada aluno chegue ao final do curso capacitado, no mínimo, para criar e montar páginas para veiculação na internet. Esses conhecimentos são essenciais à vida de todos e instrumento fundamental para o exercício da maioria das profissões no mundo globalizado atual.

O programa não visa à distribuição de renda. O incentivo de R\$100,00 a ser pago a cada aluno é um estímulo para que ele retome os estudos e, mais que isso, para que permaneça na escola e conclua o curso. Que isso seja um verdadeiro estímulo! Por isso o projeto pedagógico ainda prevê atividades de arte, cultura e ação desenvolvidas nos parâmetros de estágio civil e conforme as condições e as necessidades das comunidades locais.

O programa terá um sistema de monitoramento e avaliação composto por um grupo de universidades públicas, possibilitando o acompanhamento da execução de suas ações e etapas pela União, pelos Municípios e por toda a sociedade brasileira. O sistema produzirá dados que vão permitir - e isso é muito importante - o contínuo aperfeiçoamento do programa, além de possibilitar a avaliação da qualidade do curso e da efetividade do ProJovem.

Como disse o Presidente Lula, no lançamento do ProJovem, acabou-se o tempo em que os recursos da educação eram vistos apenas como gastos; agora, têm de ser vistos como investimentos. Disse o Presidente: "Fica muito mais barato dar R\$100,00 para um jovem estudar, do que cuidar dele na cadeia". Isso constitui uma grande verdade.

Parabenizo o governo federal, a Secretaria-Geral da Presidência, o mineiro Luiz Dulci pela iniciativa e pelo empenho na aprovação do ProJovem. Parabenizo, ainda, outros mineiros, que, de certa forma, estão contribuindo para a construção de uma política pública de juventude jamais vista em nosso país. São eles: o companheiro de Divinópolis, Beto Cury, que é Secretário Nacional de Juventude; a companheira Maria José Féres, que foi Secretária de Educação de Belo Horizonte e hoje coordena, em âmbito nacional, o ProJovem; e o Nelsinho, Coordenador de Juventude de Belo Horizonte.

Esse programa é muito importante. Beneficiará mais de mil jovens somente aqui, em Belo Horizonte. Esperamos que o ProJovem chegue à maioria dos Municípios de Minas Gerais. Como estou falando em educação, juventude e estudante, lembro que no dia 11 foi comemorado o Dia Nacional dos Estudantes. Tive o prazer e o privilégio de estar na PUC, no Coração Eucarístico, com o Sílvio de Sá, Diretor do Diretório Central dos Estudantes. Foi realizado um grande evento para comemorar e mostrar a importância da participação da juventude.

Costumo dizer isso, e a história comprova que praticamente todas as lutas e conquistas de nosso país contaram efetivamente com a participação direta dos estudantes, da juventude. Foi assim na Inconfidência Mineira, na Abolição da Escravatura, na Proclamação da República, na luta contra a ditadura militar, na luta pelo direito de votar para Presidente da República. Enfim, em todos os momentos mais difíceis, o nosso país contou com a juventude, que é ousada, tem espírito de transformação, de mudança. A juventude também sente essa crise em que o País se encontra e a enfrenta com o sentimento oriundo da filosofia oriental.

Crise, para os orientais, significa renovação e mudança de paradigma. O importante é renovar e corrigir tudo que está errado, e quem for culpado tem de ser punido. Podemos tirar algo de proveitoso de todos os momentos de crise. Nosso país avança, e a juventude tem muito a contribuir. É muito importante o engajamento da juventude no parlamento, nas Câmaras Municipais, atuando como Vereador, assim como Deputado. Aliás, hoje há vários Deputados jovens nas Assembleias Legislativas de nosso País. É importante a sociedade se conscientizar dessa necessidade de renovação. Nas próximas eleições, vamos renovar e garantir a presença da juventude no Congresso Nacional. Também é muito importante a participação dos jovens no Poder Executivo. Realmente é necessária uma mudança de mentalidade.

Particpei de comemoração na PUC. Depois estive na Aslemg, numa festa em comemoração do Dia dos Pais, assim como no aniversário do Sr. Nilmário Miranda, candidato à Presidência do PT em Minas Gerais. Particpei ainda de um debate em Uberlândia, assim como em Araguari, a respeito das tabelas salariais - que já estão nesta Casa - dos servidores públicos da educação e da saúde, que estão, há mais de 10 anos, sem aumento.

Juntamente com a bancada do Triângulo, tivemos uma audiência com o Governador Aécio Neves, de quem cobrei posicionamento firme, urgente e imediato em relação às tabelas dos servidores. O professor não pode mais ficar na miséria, recebendo mensalmente R\$212,00, valor inferior ao salário mínimo. Um salário de fome, que não pode garantir dignidade para esse servidor.

Os servidores da educação, embora seja essa a maior categoria do Estado, são os que menos recebem. Os outros servidores também estão em situação difícil, como os do Judiciário, os da área da saúde e os do setor administrativo. Cobramos do Governador um posicionamento firme com relação às tabelas, mas, infelizmente, o Governador não respondeu às nossas perguntas. Faremos, nesta Casa, algumas audiências para discutir essas tabelas. De nada adianta recebermos um plano de carreiras sem as tabelas, é o mesmo que um carro sem motor. Depois de tanta luta e pressão, o Governador enviou as tabelas para esta Casa, mas essas, infelizmente, não garantem nenhuma progressão ou reajuste para os servidores, apenas uma incorporação de parte da PRC e do abono de R\$45,00, que o próprio Governador tirou dos servidores que tinham dois cargos. Ele tirou com uma mão e deu com a outra. A única coisa com que sinaliza é um reajuste de 5% para o próximo ano; e mesmo assim, terá de ser descontado da VTI dos Servidores da Educação. Praticamente, não há nenhum reajuste.

O Ipsemg é uma calamidade pública em todo o Estado. Os servidores fazem os pagamentos, mas não têm direito ao atendimento. A revolta dos servidores é muito grande e com razão, porque, infelizmente, esses servidores, que movem a máquina pública, às vezes não têm o reconhecimento que merecem por parte do governo do Estado, que anunciou que eles teriam 54% de reajuste, o que não é verdade. O Governador fez essa publicidade para o cidadão em geral, só que os servidores, que estão sofrendo na pele, sabem que isso é mentira.

Só para terminar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que várias escolas municipais e estaduais do Estado receberam, de forma ilegal, uma boleta com cobrança da taxa de incêndio. Isso é ilegal, já que a legislação proíbe esse tipo de cobrança, deixando bem claro que os órgãos públicos, como escolas municipais e estaduais e creches, que prestam serviços à sociedade, estão isentas da cobrança da taxa de incêndio.

Procurei o Secretário Fuad Nomam, da Secretaria da Fazenda, com quem conversei, por várias vezes, e a quem quero parabenizar pela sua postura, pois imediatamente me atendeu e nos enviou uma correspondência que passo a ler: "Prezado Deputado Weliton Prado, estou encaminhando a V. Exa. cópia do informativo que estará sendo divulgado no "site" da Secretaria da Fazenda, a partir de hoje, visando resolver situação que o senhor levantou ontem sobre a cobrança da taxa de incêndio das caixas escolares.

Estou à disposição para quaisquer outros esclarecimentos. Atenciosamente, Secretário de Estado de Fazenda, Fuad Noman".

Conseguimos resolver mais esse problema sério que afligia centenas de escolas em todo o Estado.

Finalizo dizendo que o Bloco PT-PCdoB da Casa está mobilizado para pressionar o governo a fazer mudanças significativas em relação às tabelas dos servidores da educação, da saúde e dos servidores do Estado, em geral, que clamam por dignidade.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)\* - Sr. Presidente, tivemos hoje uma reunião com o Presidente Mauri Torres, a Amagis e os Juizes do interior para tratar de uma matéria de grande interesse também do Deputado Carlos Pimenta. O assunto era a Proposta de Emenda à Constituição - PEC - nº 80, de minha autoria, que afeta mais de 900 Juizes do interior. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, o compromisso da Casa é de colocar essa PEC em votação no dia 31 deste mês.

Sr. Presidente, não se justifica a questão orçamentária que está sendo colocada para não votarmos essa PEC. Srs. Deputados, a questão orçamentária é de responsabilidade exclusiva e única do Judiciário. O Legislativo e o Executivo não devem intrometer-se em questões orçamentárias de outros Poderes. Enfim, Sr. Presidente, essa questão não inviabiliza a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80. Tenho certeza de que todos os parlamentares são favoráveis a não cometer essa injustiça com as entrâncias especiais do interior, que têm mais de 900 magistrados.

Sr. Presidente, convoco os Deputados da Casa para, no dia 31 de agosto, estarem presentes aqui no Plenário para votar essa matéria. O PMDB assumiu o compromisso de votar esse projeto de minha autoria juntamente com outros Deputados para restabelecer a justiça social. Não podemos deixar que se crie uma segunda etapa, outros escalões no Judiciário de Minas, o que não acontece em nenhum Estado da Nação. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta\* - É um prazer, Deputado, principalmente quando se trata de matéria de tamanha envergadura, pois faz justiça aos magistrados, principalmente do interior. V. Exa. pode contar com a Bancada do PDT na Casa, no dia 31 de agosto, porque o projeto foi elaborado com muita competência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa e povo de Minas Gerais, tenho dois assuntos a tratar hoje. Primeiro, gostaríamos de informar que, na próxima sexta-feira, dia 19, estaremos na longínqua cidade de São João do Paraíso, no extremo Norte de Minas Gerais, às 10 horas da manhã, com o Secretário de Obras, Deputado Agostinho Patrús, para dar a ordem de serviço para uma das obras mais importantes do Norte de Minas: a pavimentação da estrada de São João do Paraíso à cidade de Indaiabira, o que integrará um Município de quase 30 mil habitantes, propiciando-lhe trilhar o caminho do desenvolvimento, um grande sonho da população de São João do Paraíso.

Estaremos em São João do Paraíso, ao lado do Prefeito Souza, do Vice-Prefeito Toninho e dos Vereadores, para presenciar um momento tão esperado, que será aplaudido por toda a comunidade. Ao meio-dia, nós nos deslocaremos para Indaiabira, e o Secretário de Obras anunciará a ordem de serviço da estrada Indaiabira-Taiobeiras, numa extensão de aproximadamente 30km. Será outro grande momento do Norte de Minas e do povo de Indaiabira. Às 14 horas, o Município de Rio Pardo de Minas, que possui mais de 40 mil habitantes, também receberá sua ordem de serviço do asfaltamento de Rio Pardo de Minas a Taiobeiras.

São três momentos importantes, pois o Governador Aécio Neves cumprirá toda a programação feita, rasgando mais algumas promissórias assinadas por ocasião de sua eleição ao governo do Estado.

Acompanharemos também as ordens de serviço do Município de Ibiaí, que está bastante avançado, com quase 80km prontos, e de diversas outras cidades. Em setembro, acompanharemos alguns Prefeitos. Convidamos o companheiro José Raimundo, Prefeito de Bonito de Minas, talvez uma das cidades mais segregadas do Estado, permanecendo a quase 50km de Januária, um belo Município, com grande potencial turístico -, para participar de uma audiência com o Governador, solicitando que autorize no Pró-Acesso a estrada de Bonito de Minas, de Francisco Dumont - um dos mais belos e importantes Municípios do setor de turismo -, de Guaraciama, Varzelândia - com 30 mil habitantes -, Ibiracatu, Itacambira, Botumirim, Cristália e Grão-Mogol - que talvez seja um dos principais e mais antigos Municípios de nosso Estado. São 60km que separam uma história de Minas Gerais de centenas de anos. Esse belíssimo Município foi importante na época dos bandeirantes, mas até hoje não havia recebido esse benefício.

Parabenizo o Governador Aécio Neves, que também beneficiará esse Município no Pró-Acesso. Para nós, da região do Norte de Minas, é um prazer poder divulgar essas obras. Aécio Neves não está anunciando uma obra que não se iniciará, e dará a ordem de serviço, o que é fundamental. Existem o recurso, o projeto e a determinação do nosso governo em realizar essas obras tão importantes. Ele tem empenhado sua palavra.

Abordarei um assunto muito importante. No decorrer deste ano, esta Casa votou alguns planos de carreira, como o do magistério e o dos profissionais de saúde. No fim de junho, o governo encaminhou algumas tabelas a esta Casa, o que foi uma grande conquista. Hoje, em Montes Claros, haverá uma grande reunião dos professores da Unimontes, uma das mais importantes universidades do País. Essa conquista da Unimontes se deu em razão de muito esforço, grande desprendimento e envolvimento dos professores e dos serventuários. A Unimontes clama por justiça.

Tenho em mão um documento encaminhado ao Prof. Paulo César, Reitor, a mim e, acredito, a todos os Deputados desta Casa, no qual se revela que alguns pontos do projeto específico da Unimontes não estão obedecendo à regra geral dos planos de carreira que foi estabelecida com os servidores de nosso Estado.

Hoje, os professores estão reunidos em Assembléia, e há possibilidade de desenvolverem um movimento de greve porque suas reivindicações estão encontrando resistências, obstáculos, e precisam ser mais bem analisadas. Não se pode falar em Unimontes sem falar no professor, sem falar no esforço que esse profissional fez para se especializar, fazer mestrado ou doutorado. E, infelizmente, o plano de carreira... Está havendo algumas resistências.

Tivemos hoje o cuidado de procurar a Assessoria da Maioria desta Casa, teremos um contato maior com o Líder do Governo e amanhã discutiremos o assunto com o Secretário Danilo de Castro, solicitando-lhe especial atenção à Associação dos Docentes da Unimontes.

Gostaria de listar quatro pontos que são fundamentais e que merecem uma reflexão desta Casa. A partir deste momento, estaremos empenhados em trazer essas reivindicações, em discuti-las com o governo do Estado, com o Governador Aécio Neves, e chegar a um consenso, porque elas são justas e importantes. Também encamparemos e defenderemos as reivindicações das outras categorias nesta Assembléia. O primeiro ponto que os serventários advogam é a redução da estrutura de carreira do professor de educação superior de sete para seis níveis. Isso foi estabelecido na Lei nº 15.463, de 2005. Está na lei! Não se pode discutir o que está contido numa lei; não se pode querer mudar a regra do jogo depois que esta Casa analisou e votou o projeto. Ninguém, nenhum Secretário nem reitor, pode, simplesmente, por meio de canetada, mudar uma regra que é lei, foi votada por esta Casa e tem de ser respeitada. Então, são sete níveis que possibilitam ao professor se especializar. Qual o incentivo que tem um professor de nível superior para se esforçar, fazer um curso de mestrado ou doutorado, se esse esforço não for reconhecido pela legislação? É preciso ter em mente que é necessário dar valor a quem tem valor; é necessário que a gente dê credibilidade a esses profissionais que construíram a nossa Unimontes, que lutaram por ela. Muitos deixaram seus afazeres e se dedicaram totalmente à Universidade.

A segunda reivindicação, uma das mais importantes, diz respeito à regra geral para as tabelas salariais, ou seja, foi estabelecido acréscimo de 3% por grau. São 10 graus, da letra "A" até a letra "J". Se a pessoa passa de um grau para o outro, recebe adicional de 3%. Ao que nos parece, isso foi mantido, mas ficou estabelecido que o servidor terá 22% por nível. Assim sendo, se passar de um nível para outro, receberá 22% de acréscimo. Infelizmente, para os professores da Unimontes, essa regra - também contida no projeto de lei discutido e votado por nós, Deputados, juntamente com os Secretários - está sendo quebrada, porque, do primeiro ao quarto nível, esse acréscimo é apenas de 16%. Para outras categorias, esse índice corresponde a 22%, mas para a Unimontes, 16%. No 5º e no 6º graus, 20%, quando deveria ser 22%. Já passamos isso à liderança do Governo; queremos discutir; queremos nos sentar à mesa e só votar essas tabelas, o que deve ocorrer até o final do mês, após os esclarecimentos e a recomposição dessa perda enorme para os professores da nossa Unimontes.

O terceiro ponto se refere ao tempo de serviço da Unimontes, quer dizer, aquele período em que o professor deixou a sua vida e os seus afazeres particulares para dedicar-se à Unimontes precisa ser apresentado como tempo de serviço, e valorizado. Parece que isso acarreta um grau, algo no projeto encaminhado a esta Casa. A antecipação para janeiro de 2006 é uma reivindicação do reajuste previsto no art. 5º dessa mesma lei, estabelecendo os 10% solicitados.

A proposta deste Deputado é que nos assentemos à mesa para estabelecer um processo de diálogo e de discussão com o governo do Estado e com as lideranças. Mesmo pertencendo a um partido que é base de sustentação do nosso Governador, Aécio Neves, será complicado e difícil defender uma proposta que é lei, mas está sendo mudada após a votação da lei. Isso é ponto pacífico e indiscutível. Certamente, o Governador Aécio Neves mostrar-se-á sensível a essa discussão.

Elogio o Governador pelas ações na minha região e pelo Pró-Acesso, batendo palmas. Essas são atitudes de homens dignos, cujas palavras estão sendo cumpridas. Ao mesmo tempo que o aplaudo, apresento-lhe uma humilde solicitação para que determine um diálogo maior com os professores da Unimontes. Hoje nos dirigimos aos nossos professores para dizer que estamos atentos, defendendo os interesses da nossa universidade e os seus. Em 1979, formei-me em Medicina pela Unimontes. Sou testemunha da luta dessa universidade há 26 anos. Não poderia ter outra atitude senão a de ajudar a desfaldar a bandeira do reconhecimento de pessoas que dedicaram toda a sua vida a essa grande universidade. Por direito e justiça, elas merecem o mesmo tratamento dos outros projetos, que estabelecem o reconhecimento do esforço e da capacidade dos nossos professores universitários. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, amigos da TV Assembléia, assessores, imprensa, senhoras e senhores, retorno nesta tarde a esta tribuna, onde tenho comparecido nos últimos dias para refletir sobre a grave crise nacional, a fim de considerar o anúncio proferido ontem pelo governo federal sobre a liberação de R\$1.000.000.000,00. Grande parte desses recursos é destinada à retomada de obras de ampliação e à reforma de aeroportos administrados pela Infraero; uma outra parte contempla emendas parlamentares constantes do orçamento anual, que, ironicamente, no início de 2005, quando não havia as denúncias a que agora assistimos, foram alvo de cortes pelo Ministério do Planejamento.

Surpreende-nos, no primeiro momento, a coincidência dessa liberação com a disposição do governo de obter o apoio da Câmara Federal para manter o valor do salário mínimo em R\$300,00, uma vez que este, por meio de votação no Senado Federal, foi elevado para R\$384,29.

Não iremos discutir aqui o mérito dessa questão, que encerra uma contradição com o que foi prometido na campanha presidencial; mas queremos questionar, nessa propagada liberação, a ausência de recursos destinados a setores vitais, que reclamam investimentos urgentes, especialmente pelo aspecto social de que são revestidos.

Dentre outras preocupações que nos afligem, está, por exemplo, a não-liberação de recursos para a recuperação das rodovias federais, pois não é plausível a desculpa do Sr. Ministro do Planejamento de que o Ministério dos Transportes ficou de fora porque já recebeu recursos na liberação anterior, como noticiam os jornais de hoje. Fica a pergunta: será que o governo federal acha suficientes os recursos até agora anunciados para as estradas, ou será que ele desconhece as reais condições das rodovias federais, particularmente as que cortam o nosso Estado?

Mas, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desejo, sim, enfatizar, nesta tarde, uma outra preocupação. Refiro-me, reiteradamente, ao clamor de nossas Apaes. Não podemos simplesmente concordar com a omissão do governo federal, que permanece silente diante dos apelos que lhe são dirigidos pelas Apaes de Minas e do Brasil, que reclamam melhor atenção ao portador de necessidades especiais. Já alertamos, aqui desta Tribuna, a respeito do que parece ser uma orientação oficial, na esfera federal, contrária à existência das Apaes. E fizemos essa advertência apontando fatos que não nos permitem pensar o contrário.

Neste mesmo Plenário, questionamos, há pouco tempo, o veto presidencial ao projeto que pretendia a destinação de recursos do Fundef também para as escolas especiais, mantidas por entidades filantrópicas, a exemplo das Apaes de Minas Gerais. As razões do veto presidencial vieram acompanhadas do compromisso do Presidente Lula de construir uma outra alternativa que desse guarida à referida proposta, de tão grande relevância para a sustentabilidade dessas instituições. Infelizmente, transcorridos quase dois anos, até agora não tivemos a resposta adequada do governo federal para se contrapor a essa iniciativa prontamente vetada pela Presidência da República.

Criticamos, igualmente, a forma como se deu a elaboração, com o apoio do Ministério da Educação, da cartilha "O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular", na qual, conforme relato indignado que fizemos neste Plenário, parece estar sendo colocado em suspeição o trabalho desenvolvido pelas Apaes e a própria legalidade do funcionamento dessas entidades.

Nunca é demais, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ressaltar o trabalho das 368 Apaes existentes em nosso chão mineiro, filiadas à federação estadual. Aliás, queremos registrar que, a partir da próxima segunda-feira, dia 21, será comemorada a Semana Nacional do Excepcional, que este ano trabalha com o seguinte tema: "Escola Especial: Instrumento de Inclusão Educacional e Social para Pessoas com Deficiência Mental".

Nessas circunstâncias, Sr. Presidente, entendi oportuno reproduzir aqui trechos da carta aberta que a Federação Nacional das Apaes enviou ao Congresso Nacional e ao Presidente Lula, na qual são relacionadas justas reivindicações do movimento apaeano, que fazemos questão de

registrar neste momento.

Reivindicações do Movimento das Apaes. Financiamento para reforma, ampliação e construção de escolas especiais, considerando que a Constituição Federal garante a educação como direito de todos, sendo dever do Estado; que todas escolas da rede pública são construídas com recursos públicos; que as escolas especiais das Apaes foram construídas em parceria com os governos federal, estadual e municipal e com o auxílio das comunidades; a atual dificuldade de levantamento de recursos financeiros oriundos da comunidade para a construção de escolas especiais; que existe um número significativo de Apaes que ainda não possuem sede própria para o funcionamento da escola especial, por isso pagam locação; que existem mais de 3.500 Municípios em nosso país que não possuem escolas especializadas, e pessoas com deficiência mental estão dentro de seus lares, sem atendimento educacional. O Movimento das Apaes solicita uma política de financiamento para construção, reforma e ampliação de escolas especiais mantidas pelas Apaes.

Inclusão educacional específica para a pessoa com deficiência mental compreende a inclusão educacional das pessoas com deficiência mental nas escolas de ensino regular, preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que está sendo amplamente discutida pelo Movimento das Apaes, cujas ações sempre foram inclusivas e defensoras de uma escola de qualidade para todos. As escolas especiais das Apaes atendem alunos com deficiência mental e com outras deficiências e distúrbios associados e alunos com transtornos invasivos do desenvolvimento (autistas), sendo imprescindível conhecer essa realidade para recomendar a escola apropriada. Ações excludentes não fazem parte do pensar e do fazer pedagógicos das nossas escolas especiais. Ainda há muitos cidadãos brasileiros, crianças, jovens e adultos, com deficiência mental nos lares, sem oportunidade de acesso ao ensino, e famílias sem perspectivas pela falta de escola especial.

Não obstante todo o trabalho até aqui realizado pelo Movimento das Apaes com vistas à prática da inclusão educacional, persistem ainda muitas dificuldades e preocupações latentes, que, somadas à nossa responsabilidade social, resultaram na publicação da Carta de Santa Catarina, com subsídios para a política nacional de inclusão educacional na área da deficiência mental, divulgada aos diversos segmentos da sociedade brasileira.

A inclusão educacional das pessoas com deficiência mental no Brasil necessita ser reanalisada, pela sua complexidade e em respeito a esses cidadãos e suas famílias. A inclusão social e educacional é considerada fato incontestável e ingrediente essencial nos planos governamentais do mundo todo. No Brasil, o diferencial entre o discurso e a prática da inclusão educacional das pessoas com deficiência mental está a exigir o cumprimento da legislação, para que os seus direitos passem a ser cumpridos, obedecendo ao princípio da igualdade. O Movimento das Apaes reivindica uma política de inclusão educacional específica para as pessoas com deficiência mental.

O Conselho Nacional de Assistência Social é o órgão responsável pelo reconhecimento legal das entidades filantrópicas do País. A morosidade na análise dos processos de concessão do Certificado Beneficente de Assistência Social ou de renovação e emissão do atestado de registro tem levado cerca de três anos, causando enormes prejuízos às Apaes e a outras entidades em todo o Brasil.

As entidades que se encontram nesta situação ficam impedidas de celebrar convênios com o poder e os órgãos públicos e privados que usufruem isenções e imunidades, conforme previsto na Constituição Federal.

O Movimento das Apaes solicita a adoção de uma política para resolver a questão, e sugerimos que a análise dos processos e a própria fiscalização sejam descentralizadas, ficando ao encargo dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Programa de Ação Continuada. O Serviço de Ação Continuada é um programa vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, firmado entre o governo federal e a entidade executora para o atendimento e o melhoramento da qualidade de vida das pessoas com deficiência em diversas modalidades de serviço. Há aproximadamente 10 anos esse Programa está "congelado": o valor "per capita" não é reajustado, o número de metas não é ampliado, e não são cadastradas novas Apaes. O Movimento das Apaes solicita apoio para a revisão do Programa, com imediato aumento de metas, correção dos valores repassados "per capita" e celebração de novos convênios.

Recursos do Fundef e do Fundeb. Tendo em vista que os alunos atendidos nas escolas especiais não são contemplados com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef -, diferentemente dos alunos matriculados nas escolas de ensino regular; que a publicação da Resolução nº 11, de 22/3/2004, que regulamenta a Lei nº 10.845, de 5/3/2004, que institui o Programa de Contemplação e Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência - Paed -, estabelecendo o valor "per capita" anual de R\$33,50 aos alunos atendidos nas escolas especiais, é uma prática discriminatória e desrespeitosa. Não encontramos, caríssimos pares, justificativa para tal discriminação dos alunos portadores de deficiência, levando em consideração que as escolas especiais têm seus projetos políticos pedagógicos, atendem às exigências dos órgãos competentes, prestam relevante papel social, têm certificações públicas exigidas por lei, mas não são amparadas pelo Fundef. E para que os direitos à educação dos alunos com deficiência mental atendidos nas escolas especiais das Apaes sejam equiparados aos direitos dos alunos ditos "normais" atendidos nas escolas públicas, o Movimento das Apaes do Brasil solicita às autoridades governamentais o atendimento das reivindicações apresentadas, e que os direitos da pessoa com deficiência mental passem a ser cumpridos obedecendo sempre ao princípio de igualdade e respeitabilidade.

São essas, Sr. Presidente, as justas e urgentes reivindicações do movimento apaeano dirigidas ao Presidente Lula, as quais exigem resposta rápida e eficiente, sob pena de comprometer definitivamente o trabalho árduo, incansável e dedicado que as nossas Apaes desenvolvem em todo Estado e em todo o Brasil.

Fica, portanto, o nosso reiterado apelo desta tribuna - com certeza, com o apoio de todos os colegas aqui presentes - ao governo federal, para que dedique a sua atenção a essa nobre e elevada causa, em nome de todas as Apaes mineiras e em favor da dignidade das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Essas são as nossas considerações.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez ocupamos a tribuna desta Casa para uma reflexão profunda e necessária. Temos certeza de que faremos uma força-tarefa para que o movimento apaeano de Minas e do Brasil tenha respeito, dignidade e cidadania. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente "ad hoc", caro amigo Biel Rocha, competente Deputado de Juiz de Fora, nossa vizinha cidade "carioca", caros Deputados e querida Deputada, antes de me referir ao tema que me trouxe aqui, quero incorporar as preocupações expressas pelo Deputado Carlos Pimenta acerca das tabelas remuneratórias. No caso específico, ele referiu-se à tabela da Unimontes.

Sem dúvida nenhuma começamos, neste momento, a viver uma grande tensão nesta Casa. O governo pretende acelerar a tramitação das diferentes tabelas que vieram. O bloco da Oposição, PT-PCdoB, quer essa aceleração, desde que os servidores e servidoras considerem que correspondem às suas exigências.

Estamos aqui com os servidores da Fhemig, que, preocupados e assustados com a distorção que impregna a tabela da área da saúde, trazem a esta Casa seu protesto e solicitam o apoio dos Deputados e das Deputadas para que se corrijam as distorções.

Na semana passada, tivemos a assembléia dos professores, das professoras e dos servidores da área de educação, que estão extremamente preocupados com a situação da tabela remuneratória de sua área.

Por isso, deixo claro que certamente os Deputados e as Deputadas da Casa incorporarão a luta pelo aperfeiçoamento, combatendo as distorções das tabelas que aqui vieram.

Além dessa declaração, o que me traz hoje a esta Casa é uma preocupação central. O Brasil vive uma grave crise, que consideramos imponderável, pois não sabemos onde dará, tamanhas as nuances que a entremeiam. Mas diria que essa não é a maior da história do Brasil. Tivemos muitas outras. Quem não se lembra do dia 25/8/61, quando renunciou Jânio Quadros? Quem não se lembra do dia 24 de agosto, quando se suicidou o ex-Presidente Getúlio Vargas? Quem não se recorda de que, tristemente, no dia 22 de agosto, morreu, em um acidente estranho e dramático, o grande líder mineiro Juscelino Kubitschek? São muitas as crises que a sociedade brasileira viveu.

Vemos nesta crise como a sociedade brasileira avançou em suas instituições democráticas, porque a Revolução de 1930 resultou na revolução constitucionalista de 1932, quando, em São Paulo, requereram o respeito às Constituições. Vimos em 1945. Vimos quando Juscelino devia assumir o poder e houve uma rebelião militar para impedi-lo.

João Goulart foi derrubado em circunstâncias as mais estranhas. É importante compreendermos que estão passando a impressão de que essa seja a crise mais grave, porque as chagas do nosso país estão sendo transformadas em espetáculo. A televisão reproduz várias vezes verdadeiros espetáculos, quando a apuração e a punição deveriam ser um ato cívico e político, restrito aos seus órgãos. Isso não deveria ser transformado em uma situação em que parlamentares mandam beijinhos e declamam poesias, como se estivessem em um teatro. Estamos atravessando uma grave crise ética e moral neste país, que não é a primeira. Refletirei também sobre isso. Estamos vivendo uma crise de impasse de projetos. O Brasil está necessitando superar as amarras que detêm o seu desenvolvimento. Essa crise, além de informar o absurdo da ampliação da corrupção, informa uma luta política dura. Não nos esqueçamos que o assento dessa crise está na disputa intensa dos setores que pretendem levar o Brasil a um rumo e interromper uma experiência inusitada, em que partidos, gerados pela luta do povo, chegam ao governo republicano.

É evidente que reconhecemos os erros, falando enquanto membro do PCdoB, que integra a base de sustentação do Presidente Lula. Foram cometidos equívocos políticos em suas alianças e éticos no trato da coisa pública, mas compreendemos que, por trás do problema e da grave situação que enfrentamos no País, há uma disputa dura para conseguirmos nos libertar das amarras geradas pelos 10 anos de modelo neoliberal.

Essa disputa foi dolorosa. O governo Lula é dual, apresentando diferentes opiniões, mas é nessa dualidade que o povo brasileiro buscava o seu caminho, tentando romper com esse processo. Sabemos que houve o caminho do modelo Getúlio Vargas, que se esgotou. O modelo sucessório foi o neoliberal, de liberdade para os capitais. Aqui, os capitais de fora e os banqueiros podem entrar a qualquer hora. Eles não permitem que haja uma poupança interna e que possamos oferecer aumentos salariais compatíveis, para que o povo possa comprar, o comércio possa vender e, vendendo, a indústria possa produzir. E, em um ciclo benéfico, possa haver, novamente, a criação de empregos. Essa é a verdadeira disputa.

Por isso aqueles que sempre trataram a coisa pública como privada e que tiveram experiências sucessivas de maus-tratos com o bem comum não venham agora posar, inusitadamente, como se fossem anjos e puros. A república que construímos, dirigida pelas elites, tem de ser passada a limpo, pois está apodrecida. É uma república de caixa dois e de corrupção, que repete os erros. Vemos o caixa dois até na vida cotidiana. Alguém pode dizer-me que a pirataria na área econômica não seja uma forma diferenciada de caixa dois?

A sonegação econômica não é diferente de distorção. Precisamos passar isso a limpo.

Estamos numa crise de projeto, necessitamos de projeto. O Presidente Getúlio Vargas desenvolveu esse país num período, e o modelo se esgotou. O período do neoliberalismo, aparentemente, desenvolveu esse país; mas, na verdade, desorganizou indústrias fundamentais e vendeu o patrimônio público. Pegaram a Vale do Rio Doce, concertaram com o dinheiro do povo e entregaram aos capitais privados. Que privatização dolorosa nós vivemos! Privatização que está em nossas contas de telefone.

Estava no Jequitinhonha, onde não há sinal das grandes empresas que compraram a telefonia. Por quê? Porque o povo do Jequitinhonha não dá lucro à iniciativa privada. Entretanto, quando a Telemig era estatal, fazia o esforço de levar a telefonia aos mais amplos rincões. Isso é uma demonstração de que o modelo neoliberal desestruturou a economia.

Estamos num impasse. Precisamos discutir as saídas. Quando a crise se agrava, o dólar sobe, valoriza-se a moeda artificialmente e os capitais saem daqui - as reservas diminuem - porque somos reféns deles. Herdamos um modelo econômico que transformou o Presidente Lula num refém das organizações internacionais. A luta para romper com essas amarras passa a ser dura, e o Presidente tem que convocar o povo, as forças políticas vivas e nacionalistas deste país para construir um novo modelo, para enfrentar, porque ele mal conversa com a população, e os conservadores o tacham de "chavista". Que medo as elites desse país têm do povo! Que medo as elites têm de que se mude o modelo econômico!

Nossa saída está em três níveis. Primeiro, é preciso discutir um projeto. É importante que isso esteja claro. Segundo, a união das forças interessadas no desenvolvimento e não das interessadas no mero poder, que ficam nessa autofagia que angustia e desorganiza a sociedade brasileira. Terceiro, a luta do nosso povo. A abolição da escravidão só foi conquistada porque os negros saíram de suas senzalas, e os abolicionistas das cidades estiveram na luta. A independência do Brasil ocorreu pela mesma razão.

Precisamos nos debruçar em três desafios fundamentais, o que é considerado pelo PCdoB. Em primeiro lugar, está o respeito às instituições democráticas, preservando-se a autoridade do Presidente da República. É uma irresponsabilidade com a democracia, com as instituições a atitude daqueles que abraçam, de forma absurda, a bandeira do "impeachment". Por isso, defendemos as instituições democráticas e a autoridade do Presidente da República. Em segundo lugar, é preciso apurar e punir. Porém, não podemos nos limitar a pequenos casos. Vamos continuar a obra da Corregedoria da União. O Corregedor Waldir Pires já fez 6 mil auditorias em vários organismos e prendeu muitos servidores públicos. Vamos continuar a obra que o Governo Lula estava fazendo. É preciso passar a limpo este país.

Passar a limpo não é só punir e prender, mas alterar as instituições. Senão, vamos repetir. Não é necessária uma reforma política, mas uma reforma geral das instituições políticas deste país. Ou os senhores e as senhoras pensam que, como propõe o Deputado do PFL, Bornhausen, vamos consertar política proibindo camiseta e chaveirinho?

Nobres Deputados e Deputadas, com todo respeito à inteligência do Presidente do PFL, não estamos brincando nessa história. Temos uma república a ser passada a limpo, e isso deve ser feito limpando-a de ponta a ponta, alterando as instituições, assegurando fidelidade partidária e programas. Isso é o de que precisamos, em três níveis. Garantir autoridade do Presidente da República, em respeito às instituições; apurar e punir e, sobretudo, passar o País a limpo, na renovação das instituições democráticas.

Com satisfação, concedo aparte ao nobre oponente, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)\* - Nobre Deputada Jô Moraes, honra-me muito poder aparteá-la. Mas não como oponente, pois tenho um respeito enorme por V. Exa. Embora discorde de algumas idéias, sinto que, muitas vezes, as emoções estão prevalecendo à razão. Conheço bem a Deputada como parlamentar e liderança política, e sei que sua razão, normalmente bem harmoniosa com sua emoção, quer, tanto quanto eu, um País melhor e mais justo, um País decente e ético, acima de tudo, um País que possa se desenvolver para todos.

O que me parece destoar entre a razão e a emoção é quando V. Exa. diz, no final do seu pronunciamento, que alguns estão se embandeirando pelo "impeachment". É recente a história da nossa democracia, talvez a única história de democracia que possamos relembrar em nosso país, um País que viveu quase que, ao longo dos seus cinco centenários, envolvido em situações as mais diversas, mas, quase sempre, de pouco controle e pouca participação popular. Nós, que, por poucas vezes, elegemos o Presidente da República, estamos construindo uma democracia, mas muito recentemente. Quem está no poder hoje, como a senhora, o Presidente Lula, o PT, o PCdoB e outros, mais especialmente o PT e o PCdoB, usou o legítimo direito de questionar o Presidente da República e de, ao lado do próprio PSDB, depor o Presidente Collor em um processo legítimo de "impeachment". É legítimo discutir isso. É mais do que isso. Lembro-me, recentemente, de que, por discordâncias políticas, sem uma fundamentação e sem um processo de "impeachment" em andamento, sem nenhuma formatação política, não eram raras as passeatas, manifestações e discursos levando como "slogan": "Fora FHC". Agora, não. Agora, discutir ou fiscalizar o Presidente parece um golpe? Não, isso é exercício de democracia.

Não é essa a maior incoerência que vejo, mas, sim, quando ouço V.Exa. falar, mais uma vez, em neoliberalismo. Há algumas palavras que estão ficando gastas, como direita, esquerda e elite, que o Presidente Lula usou recentemente, sem definir qual elite, se seria a elite do seu partido, ou do Bradesco, do Itaú, que estão com os maiores lucros da história do sistema bancário no Brasil. Quando V.Exa. fala de novo nessa palavra um pouco gasta, neoliberalismo, como se houvesse uma crise entre quem quer manter o neoliberalismo e o governo atual, como se este governo tivesse rompido com o neoliberalismo, falta fazer uma reflexão sobre qual é a real política econômica mantida e aprofundada por este governo.

Resta fazer uma reflexão sobre o lucro dos bancos nos últimos anos, nos últimos meses e hoje; sobre o verdadeiro poder de renda do trabalhador brasileiro; sobre os superávits às custas da miséria do povo brasileiro e dos cortes nos investimentos sociais. Resta fazer essa reflexão e ver o que dizem os analistas políticos, tradicionalmente muito ortodoxos, mas que são analistas de diversas facções e jornais de todo o País.

Insisto em dizer que o único acerto do atual governo é manter a política econômica do governo anterior, que V. Exa. sempre chamou de neoliberal. E o que sempre se associou à expressão neoliberal foi a prática de um Estado muito mais comprometido com os capitais que com o social. Infelizmente, é isso a que assistimos na gestão do atual governo.

No meu entendimento, ele manteve o que tinha de pior, do ponto de vista de resultados sociais; aprofundou, piorando. Disse isso há dois ou três dias nesta Casa, fazendo lembrança de que, quando eu era Prefeito e era Presidente da República o Fernando Henrique, do meu partido, cobrava mudança, porque não entendia ser razoável o País ficar mais 500 anos pagando juros, para, daqui a 500 anos, alguém dizer: "Olha, não podemos romper com as práticas internacionais, com o comércio internacional, com as instituições financeiras internacionais, senão ficaremos ilhados". Ora, a Argentina, com muito menos condições de competitividade que o Brasil, tomou atitudes, que nem são as que eu defendo, e superou os embargos que lhes foram impostos, crescendo mais que o Brasil. Deputada, hoje o Brasil só cresce mais que o Equador e o Haiti. Todos os demais países da América Latina - até a Venezuela, do Sr. Chavez, que não tem postura democrática, e a Colômbia, com as suas guerrilhas - crescem mais que o Brasil.

A falta de crescimento no Brasil está fazendo com que o povo brasileiro entre em desespero, somando-se ao desencanto com a tal esperança, que venceu o medo, mas agora virou pesadelo.

V. Exa. disse que o Presidente precisa chamar o povo para, com ele, fazer as mudanças. O Presidente Lula foi eleito com a maior votação da história deste país. Foi eleito pelo povo. Recentemente, Pedro Simon afirmou que recebeu o Lula em sua casa, logo após a eleição, e lhe disse: "Lula, faça o melhor governo, forme a melhor equipe, porque você tem o que um governante, um estadista, precisa: o povo". E Lula chamou todos os derrotados que pôde encontrar para compor um governo da conveniência partidária daquele momento. Depois ficamos sabendo que o José Dirceu tinha adotado a estratégia de não dividir o poder, de ter, pelo menos, 80% de filiados do PT e de comprar o Congresso. Infelizmente, essa é a crise, não o neoliberalismo. A crise é a esperança, que virou pesadelo.

Portanto, entendo que não há de se falar em disputa entre capital internacional e o atual governo. O capital internacional está batendo palmas para o atual governo, assim como os bancos, os grandes grupos exportadores, as elites, por assim dizer, embora uma palavra gasta. Só não batem palmas os funcionários públicos, com 0,1% de aumento, o proletariado, o trabalhador, o povo brasileiro mais humilde, que acreditou e, infelizmente, viu a sua esperança virar pesadelo.

Não sou opositor a V. Exa., apenas a algumas de suas idéias. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Solicito à Presidência apenas alguns minutos de tolerância, para três questões fundamentais.

Em primeiro lugar, fiscalizar qualquer governo é da essência da democracia. Não foi a isso a que me referi, mas à utilização, sem qualquer justificativa mínima, de retirar a autoridade do Presidente da República por "impeachment", veiculada por várias forças políticas opositoristas.

A fiscalização é um dever. O PCdoB, recentemente, promoveu uma mobilização contra o Projeto de Lei nº 369, da reforma sindical. A fiscalização é uma exigência; o golpe e a tentativa de derrubada, de manipulação dos instrumentos legais é outra coisa.

Talvez V. Exa. não tenha compreendido o que falei claramente. O governo Lula é dual, e não de esquerda. Trata-se de um governo que, sem enganar ninguém, fez uma carta aos brasileiros antes das eleições, mostrando sua plataforma de manter os compromissos. Essa é uma avaliação crítica de muitos setores. Prefiro, mil vezes, um governo contraditório, que permite à sociedade discutir novos caminhos, ao governo anterior, do silêncio absoluto, do modelo único, que não cedia em nada. Reconheço, Deputado Domingos Sávio, que o maior desafio deste país está na política macroeconômica, nos juros altos - nem sei o que o Copom estabeleceu hoje -, na manutenção do superávit primário. Trata-se de uma herança, e V. Exa. sabe muito bem disso, já que é um homem inteligente. Se alguém herda uma dívida e não tem recursos para enfrentá-la e superá-la, ficará refém do credor.

No Brasil, o Presidente Lula, enfim, nós, hoje, somos reféns dos credores internacionais. Espero que o PSDB, que hoje critica a política por ele implantada durante dez anos, incorpore-se a nós, busque promover essa alteração no Congresso Nacional. Sem dúvida nenhuma, vivemos como reféns. Todavia, o Presidente Lula foi quem teve a capacidade de interromper as privatizações. Se estivéssemos continuado naquele rumo, Minas não tinha Furnas, que constava na folha das privatizações. O Brasil poderia não ter mais o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. Perderíamos o pouco que nos restou.

Foi o Presidente Lula quem pôs em prática a política energética. Muitos dos que queriam aproveitar-se do velho modelo não entenderam isso. Enfrentamos o "apagão". O Presidente Lula está fazendo uma modificação nas Agências Nacionais Reguladoras. Querem o quê? Que o governo perca o controle? É o que estamos vivenciando, já que, por conta disso, aumenta-se o telefone, a luz, etc. Onde há privatização, quem orienta e determina não são os setores do governo.

Estamos em uma situação em que a Alca, que era um projeto dos Estados Unidos, não foi implantada. Era para sê-lo agora. Então, digo a V. Exa. que o Brasil tem de se debruçar sobre essa questão. É preciso apurar, sim, levar até o fim, punir. A chaga da corrupção, da apropriação, há 100 anos agrava a vida do povo brasileiro.

Concluo, pronunciando uma frase dita por uma pessoa simples do povo da Paraíba, onde estive recentemente, referindo-se aos opositoristas: "Eles podem interessar-se em que a situação do Brasil degrading, porque não terão problema se isso acontecer; agora, nós, que vivemos aqui, não queremos que essa situação se transforme num caos, que é tudo o que a Oposição vem tentando fazer". Vamos unir nossas forças pelo Brasil e pelo povo brasileiro!

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/8/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

nomeando Célio de Oliveira Dias para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, na Lei nº 15.014, de 15/1/2004, e nas Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 24/6/2005, o servidor Eustáquio Marques, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de aperfeiçoamentos técnicos no edital, está suspenso o pregão eletrônico supracitado - que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica permanente em sistema convencional de combate a incêndio - até que se defina uma nova data para abertura das propostas e publicação da versão atualizada do edital.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Dionísio. Objeto: doação de dois microcomputadores Compac-Prolínea e duas impressoras Epson-570. Licitação: dispensa.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Terra a Teto Engenharia Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de guarda-corpos, e respectivos acessórios e complementos, de vidro incolor temperado e laminado. Objeto deste aditamento: alteração quantitativa do objeto e conseqüente alteração de preço. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.